

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ► Ano 7 nº 70

setembro 2022



O país fala com o próximo presidente

Pesquisa descreve a visão de industriais e eleitores sobre as prioridades para o governo que será eleito em outubro

TST ► Estudo indica súmulas que precisam se adequar à nova legislação trabalhista

INDEPENDÊNCIA ► Livro reúne as principais contribuições dos seminários da CNI

SAÚDE ► Sesi Viva+ e Sesi Facilita mostram como o Big Data pode cuidar das pessoas



O SENAI TRANSFORMA ALUNOS EM PROFISSIONAIS QUE FAZEM O FUTURO DA INDÚSTRIA.

O SENAI é referência em educação profissional em toda a América Latina e já formou mais de 75 milhões de brasileiros. Possui metodologias ativas e inovadoras, atuando com situações reais do mundo do trabalho, garantindo maior índice de empregabilidade.

Oferta alinhada às necessidades da indústria para os alunos e profissionais, desde cursos de qualificação, técnicos e de aperfeiçoamento até a graduação e pós-graduação tecnológica. Opera com excelência em todas essas áreas e, o melhor, sempre oferecendo a mesma qualidade na educação a distância. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SENAI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

**#pelofuturodotrabalho
#ofuturodatrabalho**

Saiba mais em www.senai.br

[f/senainacional](https://www.facebook.com/senainacional) [t/senainacional](https://twitter.com/senainacional) [i/senainacional](https://www.instagram.com/senainacional)
[yt/senaibr](https://www.youtube.com/senaibr) [in/senai-nacional](https://www.linkedin.com/company/senai-nacional)

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

No momento de decisão de quem comandará o Brasil nos próximos quatro anos, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que os empresários industriais consideram a reforma tributária uma prioridade para a geração de empregos no país até 2026, conforme a reportagem de capa desta edição da revista *Indústria Brasileira*.

Além da simplificação das regras que regem o pagamento de impostos, o setor também considera necessário diminuir a tributação. Os encargos que incidem sobre a folha de pagamento das empresas, por exemplo, são tributos que, se revistos, podem destravar a criação de vagas de trabalho. A medida é apoiada por quase metade dos dirigentes empresariais entrevistados pelo levantamento.

Nas palavras do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, o sistema tributário brasileiro “inibe a produção de todos os setores econômicos e dificulta a geração de empregos e de renda para os brasileiros”.

A expectativa dos brasileiros sobre o futuro do nosso país também foi captada por

outra pesquisa da confederação. Apesar de praticamente metade dos ouvidos classificar a atual conjuntura econômica do país como ruim ou péssima, a maioria dos entrevistados, 59%, acredita que o cenário econômico melhorará no próximo mandato presidencial.

O último 7 de setembro marcou o bicentenário da Independência do Brasil e para refletir sobre a trajetória do país e projetar o futuro da nação, a CNI editou o livro *200 Anos de Independência: a Indústria e o Futuro do Brasil*. A obra reúne reflexões divididas em 21 artigos de especialistas, autoridades e empresários.

Esta edição ainda apresenta a visão de empresários das cinco regiões sobre as prioridades da indústria nos próximos quatro anos e plataformas do SESI que utilizam dados para ajudar os executivos a melhorar a saúde e segurança no trabalho. Por fim, Cristiana Xavier de Brito, diretora de relações institucionais e sustentabilidade da BASF, escreve sobre os desafios de implementar uma agenda de baixo carbono nas companhias.

Boa leitura!



Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ cni brasil
flickr ▶ cniweb
instagram ▶ cni br
twitter.com ▶ cni_br
linkedin ▶ cni-brasil
youtube ▶ cniweb

SESI

facebook ▶ SESINacional
youtube ▶ sesi
linkedin ▶ sesi-nacional

SENAI

facebook ▶ senainacional
instagram ▶ senai_nacional
twitter ▶ senainacional
youtube ▶ senaibr
linkedin ▶ senai-nacional

IEL

facebook ▶ IELbr
instagram ▶ ielbr
twitter ▶ iel_br
linkedin ▶ iel-nacional

sumário

edição n° 70 ► setembro 2022

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Pesquisa encomendada pela CNI mostra que reforma tributária é vista como prioridade para gerar mais empregos

16 INFOGRAFIA

Confiança dos empresários no futuro das empresas supera o otimismo com a melhora da economia brasileira

18 FUTURO

Até 2026, eleitores esperam crescimento da economia brasileira e veem saúde, educação e geração de empregos como prioridades

22 VOZES REGIONAIS

Empresários das cinco regiões do país comentam a pesquisa sobre as prioridades da indústria no próximo mandato presidencial

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI promove, em parceria com a Keidanren, sua congênere japonesa, reunião do Conselho Empresarial Brasil-Japão em Tóquio

26 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A necessidade de adequação das súmulas do TST à nova legislação das relações do trabalho

30 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA

Livro editado pela CNI reúne, em 21 artigos, reflexões produzidas em cinco seminários organizados pela entidade

34 5 PERGUNTAS PARA...

José Luis Oreiro, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), sobre a industrialização do Brasil

36 TERMÔMETRO

ICEI mostra nova alta na confiança dos empresários da indústria impulsionada pela retomada da economia

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, pesquisas e estudos conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

FIEPA fecha acordo internacional para desenvolver cabotagem nos estados do Pará e Amapá e nas Guianas

42 BIG DATA

Plataformas do SESI utilizam dados para ajudar empresas a manter a saúde e segurança dos trabalhadores

46 OUTRA VISÃO

Cristiana Xavier de Brito, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da BASF, fala da agenda de baixo carbono



WILLIAMS FRANCISCO DA SILVA,

34 anos, aluno do curso técnico em Mecânica do SENAI-PE

pode contar

Williams foi diagnosticado com deficiência auditiva ainda bebê e enfrentou barreiras comunicacionais, que contornou para se desenvolver profissional e pessoalmente. Assim que concluiu o ensino médio, foi contratado pela Unilever como operador de máquinas. Para conquistar novas oportunidades, em abril deste ano, se matriculou no curso técnico em mecânica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), onde teve apoio de material didático adaptado e o acompanhamento de um intérprete em sala, que buscava traduzir os conteúdos de forma clara e didática.

O que a indústria brasileira deseja



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Passado o período de campanha, em que diferentes visões sobre os rumos do país foram apresentadas, chegou a hora de os eleitores brasileiros fazerem a sua escolha soberana. Independentemente de quem sejam o presidente da República, os governadores e os parlamentares federais e estaduais eleitos ou reeleitos neste ano, devemos superar eventuais divergências e unir esforços numa direção comum. As muitas tarefas que teremos de enfrentar na área econômica e social vão exigir entendimento político e trabalho árduo.

De posse dos diversos diagnósticos sobre os problemas do país que foram produzidos nos últimos meses, precisamos concentrar as atenções nas medidas necessárias para remover os obstáculos ao crescimento econômico e melhorar o ambiente de negócios. Num cenário ainda marcado pelos estragos causados pela pandemia da Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, o desempenho da economia brasileira vai depender da diminuição da burocracia, da realização de uma reforma que torne o sistema tributário mais simples e menos oneroso, do aumento da segurança jurídica e de estímulos à produção para que os investimentos possam voltar.

Com a contribuição da iniciativa privada, os representantes que tomarão posse



em janeiro, nos poderes Executivo e Legislativo, terão a importante missão de abraçar as iniciativas corretas para elevar a competitividade do país. As ações devem tratar das áreas relevantes que apontamos nas propostas que apresentamos, ainda em junho, aos presidentiáveis: política industrial, inovação, comércio exterior, infraestrutura, tributação, relações do trabalho, educação, meio ambiente, segurança jurídica e eficiência do Estado.

Precisamos superar os entraves que, há muitos anos, elevam os custos das empresas, impedindo que novos empreendimentos saiam do papel. Entre os problemas crônicos, está o caro e complexo sistema tributário brasileiro, que precisa ser modernizado por uma reforma abrangente da cobrança de impostos sobre o consumo. A proposta de reforma, que foi amplamente discutida com a sociedade e está pronta para votação no Congresso, corrige distorções, simplifica o sistema e estimula os investimentos e a criação de empregos.

A melhora do panorama econômico também requer a modernização e a correção das deficiências que persistem na nossa infraestrutura. Nos últimos anos, processos de concessões e privatizações de serviços públicos ampliaram os

investimentos privados e trouxeram melhoras significativas, especialmente na área de transportes. Ainda se fazem necessárias, por exemplo, medidas regulatórias que assegurem a efetiva competição no mercado de gás natural, de combustíveis e de energia elétrica.

Também temos que favorecer o acesso ao crédito, estimular o desenvolvimento regional e aumentar a eficiência do Estado. Tudo isso precisa ser realizado em conjunto com a manutenção da estabilidade macroeconômica *que pressupõe inflação controlada, juros baixos e contas públicas reequilibradas, após o forte impacto orçamentário causado pelas necessárias medidas emergenciais em razão da pandemia.*

Como se pode perceber, atacar essas frentes simultaneamente não será algo trivial, mas o Brasil chegou a um grau de amadurecimento institucional que nos permite vencer esse desafio, como fizemos tantas outras vezes no curso da nossa história. O fundamental é que a sociedade consiga demonstrar a coesão necessária para trabalhar na construção de um país mais próspero e justo, que ofereça oportunidade a todos os seus cidadãos. É isso o que a indústria brasileira deseja no novo ciclo que tem início agora com as eleições gerais. ■

Por empregos, reforma tributária deve ser prioridade

PESQUISA DA CNI REVELA A PAUTA DE AÇÕES
MAIS URGENTES PARA O PRÓXIMO MANDATO,
NA VISÃO DE INDUSTRIAIS DE TODO O PAÍS

A maioria dos empresários brasileiros acredita que a reforma tributária é a principal medida a ser adotada pelo próximo governo para estimular a geração de empregos. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 56% dos executivos do Brasil apoiam uma proposta que mude as regras de tributação do país.

O Brasil tem um modelo complexo e ineficiente de cobrança de impostos, que freia o crescimento da economia. Aliado aos altos tributos e à falta de qualificação profissional, o atual conjunto de regras tributárias é apontado como gargalo para ampliar as oportunidades de trabalho no país.

Para 48% dos entrevistados pela pesquisa, é preciso reduzir os tributos sobre a folha de pagamento. O fortalecimento da capacitação profissional foi indicado por 35% dos empresários entre as principais medidas para gerar emprego.

A pesquisa *Agenda de Prioridades*, encomendada ao Instituto FSB Pesquisa, ouviu 1.001 executivos de empresas industriais de pequeno, médio e grande porte de todas as regiões do país.





▼
A redução de impostos e a simplificação do sistema, em discussão no Congresso Nacional, são apontados como ingredientes de uma reforma tributária que aumentará a geração de empregos

As entrevistas foram feitas por telefone entre 10 e 24 de agosto de 2022.

“O complexo e oneroso sistema de cobrança de impostos do país inibe a produção de todos os setores econômicos e dificulta a geração de empregos e renda para os brasileiros. A reforma tributária é fundamental para acelerar o ritmo de crescimento da economia e, por isso, deve ser uma prioridade para o próximo governo”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Ainda aparecem como medidas relevantes para a geração de empregos a liberação de crédito para as empresas investirem ou expandirem a sua capacidade produtiva, assinalada por 29%, e realizar novos aperfeiçoamentos na legislação trabalhista, opção escolhida por 25% dos

dirigentes empresariais. Os percentuais são o somatório total de entrevistados que citaram a medida como primeira e segunda mais importante.

Em relação ao futuro do país, sete em cada dez executivos estão otimistas ou muito otimistas. Um percentual ainda maior, 77% do total, enxerga com otimismo o futuro da indústria brasileira. Para 69% dos ouvidos, a economia brasileira deve melhorar um pouco ou muito nos próximos quatro anos.

Mario Cezar de Aguiar, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), afirma que o momento atual é de oportunidades, mas também de desafios. “As mudanças climáticas, as transformações tecnológicas e a nova geopolítica são exemplos de uma nova e complexa realidade. Ela exige grandes esforços de adaptação, mas abre imensas oportunidades em áreas como energias renováveis, transformação digital e reposicionamento nas cadeias de fornecimento globais”.

MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

A empresária Fátima Chamma, da Chamma da Amazônia, no Pará, diz que a reforma tributária é importante não apenas para simplificar o pagamento de impostos, mas também para reduzir os encargos sobre a folha de pagamento, por exemplo. Segundo ela, o Simples Nacional também deve passar por alterações. A empresária critica o fato de o programa não gerar crédito para pequenos empresários industriais, reduzindo sua competitividade.

“Temos um sistema complexo, com diversas taxas, impostos e licenças. Muitas vezes a empresa é multada porque até mesmo o contador desconhece as regras. É preciso uma reforma tributária que simplifique e reduza o pagamento de tributos”, defende Fátima.



► Erica Machado, presidente da Eletromatrix, do setor metalmeccânico no Rio de Janeiro, afirma que o Simples Nacional não considera os custos dos negócios

Na mesma linha, Erica Machado de Melo, diretora presidente da Eletromatrix, empresa do setor metalmecânico no Rio de Janeiro, afirma que o Simples Nacional não considera os custos dos negócios, o que prejudica a competitividade das empresas.

“Só é simples na medida em que você emite uma guia rapidamente, mas de forma alguma deixa as empresas mais competitivas porque não leva em conta, por exemplo, o que o empresário despende. A nossa despesa não é computada ali. É só o nosso faturamento”, explica. “Quanto mais você fatura, mais você paga. Só que para faturar mais, você também gastou mais. Existe um custo alto de insumos e matéria-prima com o qual o empresário da indústria arca, mas isso não é computado”, complementa.

Marcelo Thomé, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) considera a reforma tributária fundamental para o crescimento da economia. “A modernização da legislação tributária vai torná-la simples e proporcionar maior segurança jurídica, desburocratizando o sistema, resultando na atração de novos investimentos brasileiros e internacionais”, afirma.

REDUÇÃO DE IMPOSTOS

Duas questões tributárias foram as mais citadas pelos empresários como as principais mudanças que devem ser implementadas logo nos dois primeiros anos do próximo mandato: redução de impostos, 43% dos entrevistados, e simplificação de tributos, 28%. Os itens foram seguidos por controle dos gastos públicos, 24%, combate à inflação e geração de empregos, ambos 23%, e redução dos juros, 17%.

João Batista Alves dos Santos, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do

Distrito Federal e diretor da Athalaia Gráfica e Editora, lembra que as empresas estão saindo de um período de dois anos de pandemia, mas que a recuperação da economia, diante da incertezas no cenário nacional e internacional, ainda está se consolidando.

Nesse contexto, afirma, as prioridades de curto prazo são a redução da carga tributária e a facilitação do acesso ao crédito com taxas mais baixas que propiciem que as empresas continuem adimplentes. Segundo Santos, o próximo ano terá muitos desafios. A indústria gráfica, explica ele, vive um momento difícil com desabastecimento de insumos, o que deve continuar em 2023.

“A reforma tributária é fundamental, assim como as linhas de crédito facilitadas. O empresário sonha com a reforma



◀ Marcelo Thomé, presidente da FIERO, diz que a reforma tributária proporcionará maior segurança jurídica resultando na atração de novos investimentos



tributária há anos. Esperamos que o próximo governo consiga fazê-la o mais rápido possível. É fundamental para o desenvolvimento do país”, diz.

Também empresário da indústria gráfica, Raul Fontenelle Filho, CEO da Grafam, com sede no Ceará, faz coro às dificuldades apontadas por Alves dos Santos. “No nosso setor, precisamos trabalhar a redução do imposto de importação do papel, uma matéria-prima que está em falta. A reforma tributária pode ajudar nisso”, comenta.

De acordo com Fontenelle, a reforma não deve ser apenas uma redução de burocracia, mas também da carga tributária. Na avaliação dele, a reformulação das regras terá um impacto pequeno se não diminuir o custo dos impostos.

Embora concorde com essa percepção, o empresário Célio Eustáquio de Moura, presidente da Constel Construções Elétricas, de Goiás, defende que a simplificação e segurança jurídica do setor tributário também é uma questão central da reforma. “No Brasil, temos uma

dificuldade para que a regulação seja efetiva. Ela não pode sofrer alterações ao longo tempo”, adverte.

Rodrigo Crosara Abrão, diretor da Canaã Reciclagens, com sede em Cuiabá (MT), destaca a redução da desigualdade social e da pobreza, citada por 14% dos empresários na pesquisa da CNI, como um tema que precisa de atenção. “A gente aprendeu com a pandemia *quando liberou dinheiro para todo mundo, tanto para quem trabalha quanto para quem emprega – que a população com dinheiro e consumindo é bom para todo mundo. Isso reflete positivamente nos negócios*”, lembra.

Em relação ao cenário atual da economia brasileira, quase metade dos entrevistados, 48%, avalia a situação como ótima ou boa. Outros 35% classificam como regular e 17% como ruim ou péssima. Um percentual relevante dos executivos também acredita que é preciso controlar os gastos públicos, 24% dos gestores. O combate à inflação foi citado por 23%, mesmo percentual dos que acreditam que a prioridade é gerar empregos. Reduzir as taxas de juros foi citado por 17% dos empresários.

Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), avalia que o próximo governo terá que “arrumar a casa” antes de colocar em prática os projetos necessários para o desenvolvimento do país. “Algumas medidas tomadas este ano agravaram a situação das contas públicas e devem pressionar as metas fiscais para o próximo ano”, argumenta Alban.

EDUCAÇÃO

A pesquisa da CNI mostra, ainda, que os empresários reconhecem a relevância da formação dos jovens brasileiros para o crescimento da indústria e para o desenvolvimento do país. Um em cada três

entrevistados acredita que o tema deve estar no foco da gestão do presidente a ser eleito este ano.

“A educação de qualidade em todos os níveis é um dos pilares fundamentais para a construção da cidadania e da prosperidade das nações. Só com educação de qualidade vamos preparar pessoas capazes de interpretar os avanços tecnológicos e propor soluções inovadoras”, analisa Robson Braga de Andrade.

Thomé, presidente da FIERO, defende que a área de educação precisa ser uma das principais prioridades do próximo governo. Além de melhorar a capacitação dos professores, diz ele, cursos técnicos e profissionalizantes como os oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) devem ser mais difundidos.



◀ Presidente da FIESC, Mario Cezar de Aguiar, defende mais investimento em educação com ênfase para as novas tendências e necessidades do mercado

Emilson Vieira Santos, diretor da Gurufer Indústria e Comércio de Produtos Siderúrgicos, com sede em Palmas (TO), comenta que as inovações trazidas pelo avanço tecnológico exigem hoje novos conhecimentos por parte dos trabalhadores.

“Temos equipamentos na indústria que exigem do operador um conhecimento muito maior do que aquele aprendido no banco da escola. Com a tecnologia e inovação, ele precisa dessa capacitação para operar diversos tipos de máquina. Se não o tiver, fará parte da lista dos desempregados. Não pela falta de vagas, mas porque não está capacitado”, argumenta ele.

Mario Cezar de Aguiar, presidente FIESC, diz que esses são temas vitais e que devem estar no centro da agenda do governo. “Defendemos que o setor público ofereça à

população a educação plena em todos os níveis, com ênfase para as novas tendências e necessidades do mercado, reforçando aspectos como ciência, tecnologia e inovação. Sem um salto na educação básica e na educação profissional, não poderemos contar com recursos humanos capazes de conduzir as transformações necessárias”, afirma.

Aguiar lembra que o setor industrial, por meio do SENAI, é parceiro do setor público para atendimento das necessidades de educação e qualificação profissional e que os cursos profissionalizantes são “um meio de inclusão social e de elevação da qualidade de vida da população”.

Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, explica que o levantamento da confederação mostra que há uma demanda da indústria por maiores investimentos no ensino técnico, que está mais alinhado à geração de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Os empresários apontaram que, entre os diferentes níveis de formação, os que mais precisam do olhar do poder público são o ensino técnico, 34%, e o ensino básico, 32%. Em seguida, aparece a alfabetização, com 18%. Os demais níveis de formação, como ensino médio, ensino superior e pós-graduação, somam 14%.

Questionados sobre as principais medidas a serem tomadas na educação, as quatro mais citadas pelos entrevistados foram melhorar a capacitação dos professores, 34%, priorizar cursos técnicos e profissionalizantes e aumentar o salário dos professores, 20% cada uma, e 18% responderam que é preciso melhorar as condições das escolas. Como no levantamento de prioridades para educação, os empresários puderam escolher duas opções, e as porcentagens são a soma do percentual do item como primeira e segunda prioridade.

Alban, presidente da FIEB, observa que educação é um item de grande relevância



► Ricardo Alban, presidente da FIEB, avalia que o próximo governo precisa “arrumar a casa” antes de pôr em prática os projetos de desenvolvimento do país

na avaliação de bem-estar da sociedade e os índices mostram que o Brasil precisa avançar nessa seara. “É um pilar fundamental para o crescimento do Brasil e impacta na competitividade. Especialmente no setor industrial, as empresas precisam investir recursos para treinar e qualificar pessoas para trabalhar, uma vez que grande parte dos trabalhadores não possui formação adequada para os desafios do mercado”, avalia.

Na pesquisa da CNI, o segundo tópico mais apontado para ser a prioridade do governo a partir de 2023 foi saúde pública, com 26%. Na terceira posição aparece o crescimento econômico, com 20%. Em seguida, estão a redução de impostos, com 14%, e geração de emprego, com 12%.

A urgência em investir em educação e saúde acompanha a avaliação dos empresários sobre as áreas que mais pioraram nos últimos quatro anos. Elas aparecem no topo da lista, com 22% e 21% das citações, respectivamente. Completam a lista dos tópicos com desempenho ruim o controle da inflação, 9%, e segurança pública, 7%. Nesta pergunta, cada um dos entrevistados apontou apenas uma opção.

SAÚDE E SEGURANÇA

Um em cada quatro empresários defende a melhoria das condições dos hospitais e postos de saúde como a principal necessidade da área. Em seguida, os entrevistados elegeram como ações urgentes qualificar melhor os médicos e enfermeiros, 19%, contratar mais médicos e enfermeiros, 19%, e a necessidade de mais investimentos, 19%.

Neste quesito, assim como no tema de educação, os entrevistados elegeram duas prioridades e as porcentagens acima são a soma do percentual do item como primeira e segunda prioridade. Considerando



◀ A empresária paraense Fátima Chamma, da Chamma da Amazônia, diz que a reforma tributária também precisa reduzir os encargos

apenas a primeira resposta, aportar mais recursos foi eleita por 16% dos entrevistados como principal medida, percentual que supera os tópicos que ficaram em segundo e terceiro lugar no somatório.

Na área de segurança pública, a prioridade do próximo governo, na opinião dos empresários, deve ser aumentar o efetivo de agentes, 23%, e equipar a polícia, 20%. Aumentar o salário dos policiais, evitar que pessoas que cometam crimes fiquem pouco tempo na prisão e reformular o Código Penal aparecem como ações importantes para 15%, 13% e 12% dos entrevistados, respectivamente. Assim como em saúde e educação, os números são a soma das opções escolhidas como primeira e segunda prioridade para o tema. ■

OTIMISMO DOS EMPRESÁRIOS COM O FUTURO DAS EMPRESAS **SUPERA** ÂNIMO COM A ECONOMIA BRASILEIRA

87%

dos empresários estão muito otimistas ou otimistas com o futuro da empresa. A porcentagem cai para...

77%

em relação ao futuro da indústria brasileira e se reduz ainda mais, para...

71%

com o futuro do país. Apenas...

48%

confiam em um futuro melhor para a economia brasileira.

OS ENTREVISTADOS TAMBÉM ELENCA- RAM AS **PRIORIDADES** PARA O PRÓXIMO GOVERNO:

Metodologia: O Instituto FSB Pesquisa entrevistou, por telefone, executivos de 1.001 empresas industriais de pequeno, médio e grande portes, compondo amostra proporcional em relação ao quantitativo total de empresas industriais desses portes em todos os estados brasileiros. Dentro de cada região, a amostra foi controlada por setor de atividade. As entrevistas foram realizadas entre 10 e 24 de agosto de 2022. Após a pesquisa, foi aplicado um fator de ponderação para corrigir eventuais distorções em relação ao plano amostral. Devido ao arredondamento, a soma dos percentuais pode variar de 99% a 101%.

PARA O PAÍS

Educação	34%
Saúde pública	26%
Crescimento econômico	20%
Redução de impostos	14%
Geração de emprego	12%
Apoio aos empresários	11%
Reforma tributária	11%
Segurança	8%
Melhoria da infraestrutura	8%
Controle da inflação	8%
Combate à corrupção	3%
Redução da taxa de juros	2%
Continuidade das políticas atuais	2%
Redução da máquina pública	1%
Agronegócio	1%
Outros	32%
Não sabe/ Não respondeu	1%

PARA O SETOR EMPRESARIAL

Redução de impostos	41%
Reforma tributária	23%
Linhas de crédito facilitadas	17%
Redução da taxa de juros	8%
Desburocratização	7%
Reforma trabalhista	6%
Melhoria da infraestrutura	6%
Crescimento econômico	6%
Apoio às indústrias	6%
Geração de emprego	4%
Capacitação de mão de obra	4%
Controle da inflação	3%
Agronegócio	2%
Investimentos	2%
Continuidade das políticas atuais	1%
Outros	36%
Não sabe/ Não respondeu	2%

Brasileiros esperam economia crescendo até 2026

OUTRAS PRIORIDADES DOS ELEITORES SÃO SAÚDE, EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Em um momento em que a inflação e o desemprego no Brasil dão sinais de queda, a expectativa da maioria dos brasileiros é de que a economia do país vai melhorar nos próximos quatro anos. O número faz parte de uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Instituto FSB Pesquisa, que ouviu 2.030 pessoas entre 16 e 21 de agosto. A maioria dos entrevistados, 59%, acredita que o cenário econômico melhorará até 2026.

O levantamento realizado pelo instituto também mostra que praticamente metade das pessoas, 49%, considera como ruim ou péssima a atual conjuntura econômica do país.

André César, cientista político da Hold Assessoria Legislativa, destaca que o brasileiro está otimista em relação ao próximo governo, mas que 2023 será um ano de ajuste de contas “sem lua de mel, com grana curta e aperto para todos”. Apesar do otimismo identificado pela pesquisa, avalia César, a realidade exige cautela diante das indefinições geradas pelo cenário eleitoral.

Em relação ao futuro do país, 45% dos entrevistados disseram estar otimistas ou muito otimistas, índice pouco superior aos 42% que informaram ver com pessimismo ou muito pessimismo.

SAÚDE PÓS-PANDEMIA

No levantamento, o tema apontado como prioridade para os próximos quatro anos pelos brasileiros foi a saúde pública, citada por 43% dos entrevistados.

A cientista política Viviane Gonçalves, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), avalia que a indicação da saúde pública como principal prioridade é ainda um reflexo da pandemia de Covid-19. “É essencial ter um sistema público que atenda às pessoas na sua plenitude”, destaca.



▼
Pesquisa da CNI mostra
que brasileiros esperam
crescimento econômico
do país até 2026 e que
saúde é prioridade
para população



A educação pública foi o segundo tema apontado como prioridade na pesquisa, citada por 34% dos entrevistados. Viviane julga que a atenção a esse assunto pode estar relacionada ao corte de verbas e a denúncias de corrupção na área nos últimos anos.

A geração de emprego aparece em terceiro lugar entre as prioridades identificadas pela pesquisa, com 21%. O combate à pobreza e à desigualdade social ficou em quarto lugar na lista. Viviane Gonçalves observa que os temas apontados pelos brasileiros como prioritários estão relacionados e demandam investimentos na área social.

“Você só consegue ter emprego quando tem saúde suficiente para trabalhar. E para trabalhar numa condição mais favorável, é preciso ter educação formal. A qualificação amplia a possibilidade de conseguir emprego”, explica.

POLÍTICA ECONÔMICA

A geração de empregos, citada por 44% das pessoas, foi apontada como tema mais importante na área econômica para os dois primeiros anos de mandato do próximo presidente da República. A maioria dos

entrevistados pelo Instituto FSB Pesquisa, 70%, também avalia que a interferência do Estado deveria ser maior para a economia brasileira funcionar bem.

A percepção da necessidade de maior participação estatal na condução econômica do país foi identificada nas respostas sobre a aprovação de medidas econômicas e sociais. A grande maioria, 80%, é favorável à permanência do Auxílio Brasil, que tem parcela mínima de R\$ 600 até dezembro de 2022, mas cuja manutenção nessa quantia já foi prometida pelos principais candidatos à Presidência da República.

A manutenção do auxílio do governo para caminhoneiros e taxistas também é vista com bons olhos pela população: 71% se declararam favoráveis à ajuda financeira a estas categorias.

Em paralelo, pautas que permitem o enxugamento da máquina pública e o controle de despesas também são bem avaliadas pelos entrevistados na pesquisa encomendada pela CNI. A reforma administrativa, em discussão no Congresso Nacional, foi defendida por 67% dos ouvidos e 57% se manifestaram favoráveis à manutenção do teto de gastos.

A economista Alessandra Ribeiro, diretora de Macroeconomia e Análise Setorial da consultoria Tendências, diz que alguns aspectos do momento econômico atual justificam a expectativa otimista com o futuro da economia identificada no levantamento, mas outros não.

“A inflação, por exemplo, deve desacelerar e perder força, o que é um alívio no orçamento das famílias. Mas quando pensamos em crescimento e mercado de trabalho, a economia vai perder tração e crescer menos no segundo semestre de 2022 e em 2023”, afirma.

Segundo ela, o crescimento econômico pequeno tem impacto também sobre o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais.

“Houve um aprofundamento das desigualdades sociais com a pandemia e essa é uma questão difícil de equacionar nos próximos anos. Não é algo fácil de se reverter, especialmente pensando que, em 2023, a economia deve crescer menos. É uma questão que ainda vai demorar [a ter solução]”, expõe.



► Cientista política e professora da UFMG, Viviane Gonçalves avalia que saúde pública como principal prioridade é reflexo da pandemia de Covid-19

A economista também avalia que a manutenção do Auxílio Brasil e do auxílio a caminhoneiros e taxistas precisa levar em conta os recursos necessários para continuar pagando a ajuda.

Silvia Matos, economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), avalia que o contexto econômico e social brasileiro demanda programas e políticas sociais, mas que o ideal é que sejam pensadas de maneira a serem mais eficientes, com medidas para superar as desigualdades sociais estruturais e não apenas distribuir dinheiro.

Segundo ela, será preciso encontrar um meio termo entre ajudar os mais necessitados e manter as contas do governo em níveis saudáveis, com a criação de regra fiscal que dê previsibilidade para o controle de gastos públicos no futuro.

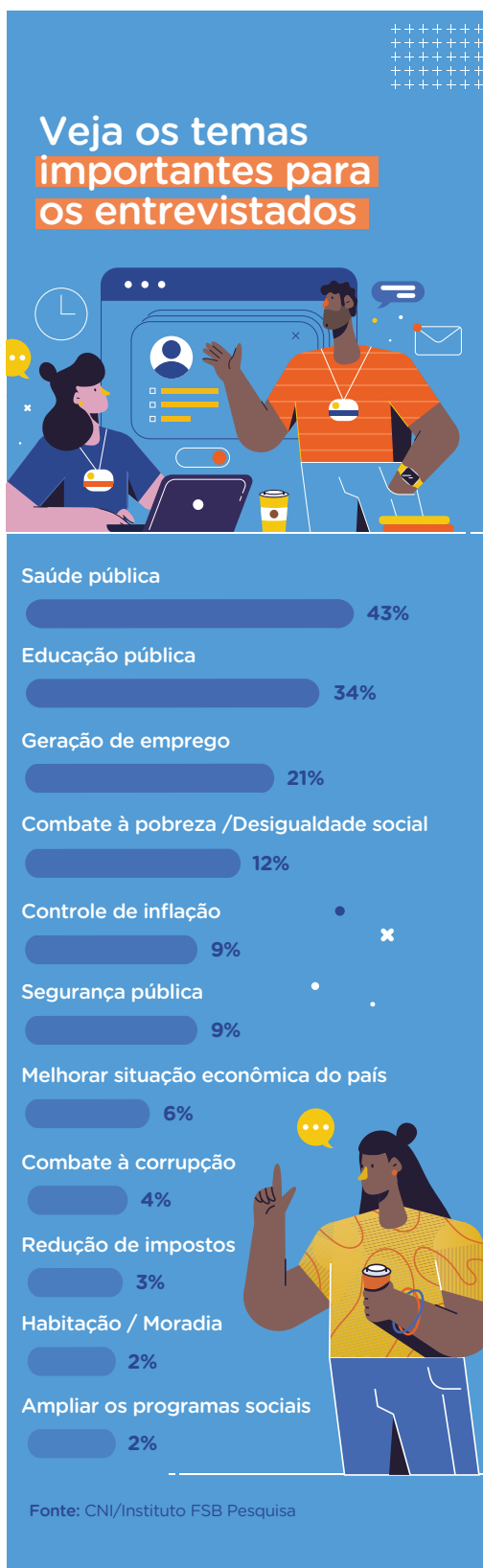
“[É preciso] encontrar uma travessia, aumentando gastos sociais no curto prazo, gastar com quem precisa, mas reduzir outras despesas e dar previsibilidade sobre o controle dos gastos públicos”, diz. “Se isso não for possível, a inflação não cede e o risco-país e os juros sobem”, complementa.

A VIDA NO BRASIL

A qualidade de vida dos brasileiros também é mal avaliada na pesquisa: 40% classificaram como péssima ou ruim, 42% como regular e apenas 17% a definiram como boa ou ótima.

No entanto, 49% dos entrevistados veem de forma positiva a própria qualidade de vida e outros 41% declararam ser regular. Apenas 10% disseram viver de forma ruim ou péssima.

Viviane Gonçalves explica que a percepção sobre a qualidade de vida dos brasileiros decorre de uma série de fatores. “A alta de preços começou antes mesmo da pandemia e quando, devido às restrições sanitárias, muitas pessoas perderam emprego e houve redução de salários, até mesmo o essencial começou a ser limitado. Esse contexto influencia na percepção das pessoas sobre qualidade de vida”, afirma. ■



Vozes da indústria, nas cinco regiões

EMPRESÁRIOS COMENTAM A PESQUISA SOBRE AS
PRIORIDADES DO SETOR NO PRÓXIMO MANDATO



◀ CENTRO-OESTE

O que é preciso fazer para gerar empregos e estimular investimentos? Num primeiro momento, é preciso conter a inflação. Vivemos três anos desafiadores, com pandemia e conflitos internacionais, que geraram aumentos brutais em insumos e matérias-primas. Vencida a inflação, será hora de reduzir gradualmente a taxa Selic para que os juros retornem a um patamar abaixo de 9% ao ano. Isso vai incentivar os empreendedores a realizarem novos investimentos, proporcionando geração de novos empregos e renda.

Ulana Maria Bruehmueller,
diretora da Refrigerantes Marajá (MS)

NORTE ►

Conforme a pesquisa, a reforma tributária, a simplificação de tributos e a geração de empregos devem ser prioridades no próximo governo. Como você avalia isso? Esperamos uma simplificação tributária que possa atrair novos investimentos e geração de empregos por meio do desenvolvimento da economia em âmbito nacional. É muito importante tirar o peso do Estado da economia. Quando isso é feito, o setor privado é estimulado a concorrer. No nosso setor, é importante a constante abertura de novos mercados para os produtos do Brasil, como Oriente, Japão e Coreia do Sul e outros países que valorizam e pagam bem a carne. O Brasil só exporta em torno de 11% do que produz e há muito espaço para ganhar novos mercados.

Daniel Freire,
diretor da Mercúrio Alimentos (PA)





◀ NORDESTE

A educação deve ser a principal prioridade para os próximos quatro anos, conforme apontado pela pesquisa? A educação é o centro de tudo. Só teremos um país e empresas competitivas quando tivermos uma população com um nível de educação satisfatório. Bons profissionais são formados com uma boa base educacional. Mas como falar em educação, com bons profissionais para desenvolver ciência de ponta e tecnologia e deixar de ser apenas um país exportador de commodities, se não temos segurança alimentar para a população? Não conseguimos dar educação se a pessoa não tem o que comer. Nesse contexto, a prioridade é a sobrevivência e depois o desenvolvimento humano.

Nayana Carvalho Pedreira,
diretora da Aromarketing Indústria de Cosméticos (BA)

SUDESTE ▶

Um dos grandes problemas para o pequeno e médio empresário é o acesso a crédito barato e fácil. Como resolver isso?

A questão não é o acesso ao crédito, mas quem consegue financiamento. Se olharmos alguns setores econômicos, as grandes corporações acessam o crédito público de uma maneira muito tranquila. Mas em outros níveis da pirâmide, alcançar os recursos é cada vez mais difícil, cada vez mais desafiador. É um grande erro. Promover o crédito é promover a economia. Se não há financiamento para pequenos empreendedores, cuja maioria são negros, eles não vão investir em seus negócios.

Carlos Humberto da Silva Filho,
CEO da Diáspora.Black (RJ)



◀ SUL

Do ponto de vista empresarial, quais devem ser as prioridades do próximo governo? Dar continuidade à reforma tributária é importante. Somos um dos países mais caros do mundo em termos de tributos. Também é importante retomar as questões estruturantes da área de infraestrutura. Temos um gargalo muito grande nas rodovias, nos portos e nos aeroportos. O custo para chegar ao consumidor é alto e o investimento em infraestrutura de logística é baixo, seja por meio de modernização de ferrovias ou das próprias rodovias. O Brasil daria um salto gigantesco em termos industriais se tivéssemos uma infraestrutura melhor.

Rita de Cassia Conti,
diretora-presidente da Mensageiros do Sonho (SC)

Indústria e



CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-JAPÃO SE REÚNE EM TÓQUIO

A 25ª reunião plenária do Conselho Empresarial Brasil-Japão foi realizada nos dias 13 e 14 de setembro, em Tóquio. Promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Keidanren, sua congênere japonesa, o encontro debateu temas centrais da agenda bilateral voltados ao aumento dos fluxos comerciais e de investimentos entre os países. Segurança alimentar, energias renováveis, produtividade e ambiente de negócios foram o foco das discussões. O conselho foi estabelecido em 1974 e é um mecanismo bilateral exclusivamente empresarial.

ENERGIA SUSTENTÁVEL É TEMA DA NOVA TEMPORADA DE ROBÓTICA

Os estudantes que participam das competições de robótica têm um novo desafio: repensar e inovar com foco no futuro da energia. O tema da 11ª temporada operada pelo Serviço Social da Indústria (SESI) no Brasil, a FIRST Energize, aborda os desafios globais relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 das Organização das Nações Unidas (ONU). A temporada foi oficialmente lançada em 13 de setembro e as equipes poderão se inscrever nas categorias FIRST LEGO League Challenge (FLL), FIRST Tech Challenge (FTC) e FIRST Robotics Competition (FRC) a partir de outubro. As competições devem começar em novembro.



m Ação



CNI PROMOVE MISSÃO PARA A MAIOR FEIRA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO MUNDO

A CNI promove, entre 14 e 19 de outubro, a *Missão Comercial SIAL Paris 2022*. De olho na segunda maior economia europeia e sétimo maior importador do mundo, a iniciativa é realizada em parceria com o Sebrae e a ApexBrasil. O objetivo é proporcionar oportunidades de exportação e investimentos com a França a partir da visita à feira internacional, a maior do mundo em alimentos e bebidas. Os empresários que forem à missão participarão de visitas técnicas e rodadas de negócios e terão assessoria especializada sobre comércio exterior.

PROGRAMA DE IMERSÕES LEVARÁ EMPRESÁRIOS À ALEMANHA E À FINLÂNDIA

Os países que se destacam nos rankings de inovação e sustentabilidade mundial são os destinos da próxima edição do *Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação da CNI*. A 27ª imersão ocorrerá entre 4 e 7 de outubro, na Alemanha, e de 10 a 13 do mesmo mês, na Finlândia (foto). Os participantes conhecerão o que há de mais avançado em polos de inovação dos dois países, tanto em empresas quanto em centros de pesquisa aplicada. As imersões são realizadas pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e por parceiros.

INSTITUTO AMAZÔNIA +21 DEBATERÁ DESCARBONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Com correalização da CNI, o evento *Descarbonização na Amazônia Legal: oportunidade para atingir metas climáticas e desempenho ESG* será realizado em 28 de setembro, em Brasília, pelo Instituto Amazônia +21. Serão discutidos meios, projetos e ações voltados à descarbonização, com possibilidade de realização nos estados da Amazônia Legal brasileira, apresentando o potencial de negócios para investidores, empresários e outros interessados, com melhoria de vida para as populações, destacando comunidades tradicionais da região.



As incertezas nas relações do trabalho

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO MANTÉM SÚMULAS EM CONFLITO COM A REFORMA TRABALHISTA

Passados cinco anos da aprovação da reforma trabalhista, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mantém diversas súmulas e orientações jurisprudenciais (OJs) que colidem frontalmente com as regras estabelecidas pela revisão da legislação trabalhista feita em 2017.

A situação é fonte de incertezas para as relações do trabalho, pois ainda há súmulas que tratam de horas de deslocamento, apesar destas terem sido extintas pelos congressistas, e da não aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho, por exemplo.

Existem 33 súmulas e dez orientações jurisprudenciais que foram superadas pelas mudanças realizadas em 2017. Do total, 29 súmulas e oito OJs precisam ser canceladas no todo ou em parte. As demais precisam ser modificadas.

Os números são do levantamento *Modernização Trabalhista e as Súmulas e OJs do TST: Necessária revisão da jurisprudência em conflito com a Lei 13.467/17, a Lei 13.429/17 e decisões do STF*, lançado recentemente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A modernização trabalhista e a regulamentação da terceirização flexibilizaram o mercado de trabalho e simplificaram as relações entre empregadores e trabalhadores no Brasil. O país conseguiu avançar em pontos estratégicos, como terceirização de atividade fim, prevalência do negociado sobre o legislado e o pagamento em dobro das férias quitadas com atraso.

Gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena explica que, apesar de as leis que modernizaram as relações trabalhistas se sobreporem às normativas editadas pelo TST, é fundamental que o tribunal faça uma rápida revisão desses instrumentos a fim de evitar dúvidas e decisões equivocadas. Lorena destaca, ainda, que as súmulas da corte não são vinculantes, o que significa que elas não têm força de lei.

“Ainda que tenham sido superadas pela lei, a manutenção das súmulas e das orientações jurisprudenciais pode gerar dúvida se o que está apresentado na orientação do TST está valendo ou não. Inclusive, a manutenção desses dispositivos traz insegurança aos empregadores, que não têm certeza de que todos os juízes vão julgar à luz da nova legislação trabalhista em um eventual processo movido por um empregado, por exemplo. É fundamental deixar claro, no ordenamento jurídico, o que vale e o que não vale”, analisa.

Advogado e professor de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), André Jobim também defende que a formalização da invalidade das súmulas e OJs é um procedimento necessário.

“Em tese, até que essa anulação seja efetivada, as normativas seguem vigentes, ainda que contrariem uma nova legislação, inclusive com potencial para induzir a erros. Estes podem ocorrer sem



▼
TST mantém em vigência
súmulas e orientações
jurisprudenciais
que contrariam
reforma trabalhista
aprovada em 2017



má fé alguma, por parte do juiz ou do advogado que orienta seu cliente que não esteja totalmente integrado à nova modelagem normativa”, avalia Jobim.

Esse também é o entendimento do presidente do Conselho de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Homero Arandas, que se mostra especialmente preocupado com os possíveis desdobramentos no âmbito das indústrias de pequeno e médio porte.

“Elas são as empresas que mais empregam no país e, normalmente, não podem contar com o suporte de um grande escritório de advocacia. Muitas vezes, acabam ficando perdidas”, comenta.

INCONSTITUCIONALIDADE

Além de estarem em desacordo com as mudanças trazidas pelas leis de 2017, diversas súmulas e orientações jurisprudenciais do TST também estão superadas por decisões da Suprema Corte do país. O Supremo

Tribunal Federal declarou, por exemplo, a inconstitucionalidade das súmulas 277 e 450 que tratam, respectivamente, da ultratividade das normas coletivas (prolongação dos efeitos de uma norma para além do prazo de sua vigência) e do pagamento em dobro da remuneração de férias em caso de atraso.

Apesar de a preocupação mais comum gerada pela demora na anulação das normas ser a abertura de ações trabalhistas infundadas, os especialistas reforçam que a divergência entre as leis e as súmulas resulta em outro grande problema: o aumento do congestionamento no sistema judiciário.

“Não podemos colocar em risco o desafogamento da Justiça do Trabalho verificado nos últimos anos, quando houve a redução de 46% no número de novas ações”, pondera Arandas. “A manutenção dessas súmulas pode arrastar processos e recursos, prejudicando não só as empresas como também os empregados. Precisamos que as súmulas dos tribunais superiores sejam uniformes e tragam tranquilidade para todos os lados envolvidos”, completa.

DIÁLOGO

O levantamento da CNI foi apresentado ao presidente da Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos do TST, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, ocasião na qual foi destacada a importância do alinhamento das normativas legais para a segurança jurídica do setor produtivo brasileiro.

Apesar de o tema já constar na agenda da comissão — foi pauta da segunda reunião ordinária deste ano, realizada em 12 de agosto — o ministro reforçou a necessidade de conclusão do trabalho relativo ao cancelamento de súmulas, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos superados com a reforma trabalhista.

Na ocasião, ficou acordado que o encaminhamento desse tópico à presidência do



► Sylvia Lorena, gerente de Relações do Trabalho da CNI, lembra que as súmulas não podem se sobrepor à reforma e podem gerar incertezas para empregadores e empregados

TST seria condicionado à alteração do regimento interno da comissão, que teve retirada a sua autonomia para editar OJs com base em consultas aos ministros da Casa. Segundo o ministro Ives Gandra, existem mais de 330 matérias que constam do rol de “temas pacificados” e que poderiam dar origem a novas súmulas ou orientações jurisprudenciais.

Independentemente dos próximos acontecimentos, André Jobim reforça a importância de se ter clareza na legislação trabalhista.

“Estamos vivendo uma fase de novas relações de trabalho, que passam a contar com regras trabalhistas mais recentes. É fundamental que essa nova legislação seja tratada de forma clara, sem que haja dificuldade de interpretação motivada por súmulas e orientações que não têm mais sentido. O mundo é outro e o direito do trabalho precisa se atualizar”, conclui o professor. ■



◀ O professor de Direito do Trabalho, André Jobim, avalia que a não anulação das regras sem validade pode induzir erros de juízes e advogados

Algumas **súmulas** e **OJs** do TST em conflito com a legislação trabalhista

- **Súmula 6** | equiparação salarial
- **Súmula 85** | compensação de jornada e banco de horas
- **Súmula 90** | horas em deslocamento
- **Súmula 241** | integração do auxílio-alimentação
- **Súmula 244** | estabilidade provisória da gestante em contrato por prazo determinado
- **Súmula 277** | ultratividade das normas coletivas
- **Súmula 318** | integração de diárias
- **Súmula 372** | gratificação de função
- **Súmula 444** | escala de trabalho de 12 por 36
- **Súmula 446** | supressão do intervalo intrajornada
- **Súmula 450** | pagamento em dobro da remuneração de férias em caso de atraso
- **OJ 270** | programa de incentivo à demissão voluntária
- **OJ 355** | intervalo interjornadas
- **OJ 383** | isonomia dos empregados terceirizados com os do contratante
- **OJ 418** | equiparação salarial e plano de cargos e salários

Fonte: CNI



Um livro sobre os 200 anos

PUBLICAÇÃO ORGANIZADA PELA CNI DISCUTE, EM 21 ARTIGOS, DOIS SÉCULOS DE INDEPENDÊNCIA E OS 100 QUE ESTÃO POR VIR

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o livro *200 Anos de Independência: a Indústria e o Futuro do Brasil* para comemorar o passado e discutir o futuro do país, em meio às comemorações do bicentenário da conquista da soberania da nação, celebrados neste ano. Dividida em cinco capítulos, a publicação é composta por 22 artigos, que resumem as principais reflexões feitas por especialistas e lideranças políticas e

empresariais em um ciclo de seminários realizados pela entidade no primeiro semestre.

O livro apresenta um mosaico de olhares sobre a trajetória do país ao longo dos dois séculos de Independência e os desafios e as perspectivas para as próximas décadas, em áreas estratégicas para o progresso do país: evolução política; desenvolvimento econômico e sustentabilidade; desenvolvimento social; desenvolvimento industrial,



científico e tecnológico; e educação e cidadania. Nas 164 páginas da obra, os autores dos textos externam suas percepções sobre os avanços e fracassos registrados pelo Brasil no período. Além disso, fazem conjecturas para indicar possíveis oportunidades e missões para que, daqui a cem anos, quando completar-se-á o terceiro centenário, o país possa olhar para trás e concluir que conseguiu construir uma nação educada, economicamente próspera, socialmente justa, politicamente democrática, tecnologicamente avançada e ambientalmente sustentável.

O livro e os seminários tiveram a curadoria do escritor e professor emérito da Universidade Brasília (UnB) Cristovam Buarque, que já foi senador, ministro da Educação e governador do Distrito Federal. Cristovam é responsável, ainda, por análises curtas de cada um dos textos e por um ensaio na parte final da publicação. “Em parceria com profissionais da CNI, selecionamos os nomes de todos esses

especialistas. Ainda era fim de pandemia. Alguns não puderam comparecer presencialmente, mas conseguimos fazer todas as conferências com nomes de altíssimo nível, como o ex-presidente da República Michel Temer, cujo texto abre o livro”, relata Cristovam.

Na apresentação da obra, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, afirma que a indústria não poderia ficar fora da celebração do bicentenário da Independência, uma vez que o setor desempenhou papel de grande relevância para o desenvolvimento do país em todo esse período. Segundo ele, ao realizar tal projeto, a CNI reafirma o compromisso com o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país. “Acreditamos que, se o ‘dever de casa’ for feito, o Brasil tem tudo para figurar entre as nações mais desenvolvidas em um futuro não muito distante - um futuro que traga mais renda, qualidade de vida e bem-estar para a população”, complementa.

◀ Segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, o Brasil “tem tudo para figurar entre as nações mais desenvolvidas em um futuro não muito distante, com mais renda, qualidade de vida e bem-estar para a população”

QUEM ESCREVEU SOBRE O QUE

Apresentação: Robson Braga de Andrade
Curadoria: Cristovam Buarque
Pesquisa e edição: José Edward Lima



EVOLUÇÃO POLÍTICA

- **Constituições moldaram a nação brasileira** Michel Temer
- **Retrato do Brasil no bicentenário da Independência** Mary Del Priore
- **A qualidade da democracia nacional** José Álvaro Moisés
- **A resiliência da democracia brasileira** Jairo Nicolau
- **O vírus do patrimonialismo** Bolívar Lamounier

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- **Educação e sustentabilidade como vetores para o progresso econômico** Josué Gomes da Silva
- **Domínio tecnológico é fundamental para a reindustrialização** Paulo Gala
- **Chance para uma nova missão** Bernardo Gradim
- **Chega de diagnóstico. É hora de agir** Luiza Helena Trajano
- **O aprendizado da Amazônia** Marcelo Thomé

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- **Retomada da indústria depende de estratégia e união** Armando Monteiro Neto
- **A necessidade de uma política industrial robusta** Ana Cristina Rodrigues da Costa
- **Caminhos para a reindustrialização** Dan Ioschpe
- **Inovação e planejamento rumo ao futuro** Carlos Américo Pacheco

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- **As múltiplas independências do Brasil: emancipação como processo de autonomia** Lilia Schwarcz
- **Cada pobreza tem uma cara** Ricardo Paes de Barros
- **Para avançar, precisamos superar problemas estruturais** Maria Alice (Neca) Setubal
- **Onde veem carência, nós vemos potência** Celso Athayde

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

- **Sem educação de qualidade não chegaremos a lugar algum** Maria Helena Guimarães de Castro
- **Ativos e passivos da educação brasileira** Cláudio de Moura Castro
- **Professores bem formados são a chave da transformação** Rossieli Soares
- **Sem uma revolução educacional não haverá futuro** Rafael Lucchesi

De acordo com o histórico traçado por Robson Andrade na apresentação, os primeiros 160 anos depois da Independência foram marcados pelo surgimento e pela consolidação do processo de industrialização nacional, que se tornou moderna e diversificada. O país virou referência em produção de alimentos, bebidas, couro, calçados, têxteis, móveis, celulose, etanol e papel, entre outros setores. “Alcançamos um patamar de exportação de itens de média e alta intensidade tecnológica, como produtos químicos e farmacêuticos, materiais elétricos, veículos automotores, aeronaves, máquinas eletrônicas e equipamentos de transporte e telecomunicações”, diz o texto.

DESAFIOS E MISSÕES

Os últimos 40 anos, contudo, foram marcados por crises econômicas associadas a problemas estruturais que elevaram o Custo Brasil e inibiram a competitividade da indústria nacional. Diante desse contexto, vários artigos do livro apontam ideias para que o setor seja fortalecido, de forma articulada, e contribua cada vez mais para o desenvolvimento econômico e social do país.

Em seu artigo, Dan Ioschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), defende que o avanço da indústria no Brasil passa por alcançar quatro condições essenciais: tranquilidade institucional, equilíbrio macroeconômico, combate à desigualdade social e, por fim, sustentabilidade ambiental. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Josué Gomes da Silva, afirma em seu texto que é preciso, urgentemente, estancar o processo de desindustrialização do país, ocorrido nas últimas décadas. “Para a economia, é fundamental recuperar o tamanho da indústria de transformação, uma vez que ela é a portadora do futuro, dada a sua capacidade de inovar”, ele explica.

Na mesma linha, o conselheiro emérito da CNI, Armando Monteiro Neto defende que, doravante, o grande desafio é definir uma estratégia industrial que dialogue com

os tempos atuais: a indústria 4.0, a economia digital. “É preciso entender que temos oportunidades, que podem ser aproveitadas na transição energética da descarbonização da indústria”, afirma. Já o economista Paulo Gala, autor do livro *Brasil, uma economia que não aprende*, afirma que não existe país que tenha chegado à fronteira tecnológica do mundo sem ter um setor industrial forte. “A ideia de que existe desenvolvimento sem indústria não para de pé”, conclui.

O CONSENSO DA EDUCAÇÃO

Os especialistas que debateram e escreveram sobre temáticas sociais, destacam que, para o Brasil avançar nessa área, é fundamental que sejam tomadas medidas efetivas para reduzir a pobreza e o desemprego, que assombram milhões de famílias em todo o país, assim como para minorar a histórica desigualdade social que, a despeito dos importantes avanços sociais ocorridos ao longo dos últimos 200 anos, ainda hoje é uma das maiores do mundo.

“A pior crise que uma sociedade pode ter é a falta de perspectivas, de esperança, de sonhos. Quando as pessoas olham para a frente, para trás e para o lado e não enxergam nada, é porque realmente está tudo perdido”, destaca o fundador da Central Única das Favelas (CUFA) e atual CEO da Favela Holding, em um comovente e assertivo artigo, no qual fala de sua trajetória, desde quando era menino de rua no Rio de Janeiro até se tornar uma referência mundial em empreendedorismo social.

Um consenso entre os 23 articulistas do livro é de que a superação dessas mazelas passa, fundamentalmente, pela melhoria da qualidade nos vários níveis da educação básica, que é o principal instrumento de promoção da cidadania. Nesse contexto, vários deles defendem que é crucial também a ampliação da oferta e a valorização do ensino profissional, como ocorre nos países desenvolvidos, para que os jovens brasileiros se preparem adequadamente e consigam atender às novas exigências do mercado de trabalho e enfrentar os crescentes desafios da



era do conhecimento. “Sem educação de qualidade, não chegaremos a lugar nenhum”, afirma em seu texto a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro.

No ensaio que fecha o livro, Cristovam Buarque defende que a priorização da educação deve ser a principal missão do Brasil no terceiro centenário, que ora se inicia. “A educação não resolve todos os problemas, mas é essencial para solucionar cada um deles e ajudar nas respostas para o que ela não resolve. No novo século de independência, precisamos melhorar de forma radical a qualidade do ensino nas escolas e eliminar o analfabetismo para a contemporaneidade que nos caracteriza e barra nosso progresso. Essa seria uma espécie de Segunda Abolição”, conclui.

COMO ACESSAR O LIVRO E OS SEMINÁRIOS

A versão impressa do livro tem tiragem limitada. Entretanto, é possível acessar sua íntegra e, de forma separada, cada capítulo ou cada artigo, no hotsite do projeto, onde estão disponíveis também as íntegras dos cinco seminários temáticos que o integram. O hotsite pode ser acessado por meio do **QR Code** ao lado. ■



5 perguntas



José Luis Oreiro

professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e autor do livro “Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana”

▲
“Estamos diante do que seja, talvez, a última oportunidade de nos tornarmos um país rico, que é a transição para uma economia de baixo carbono”

1 VOCÊ É UM GRANDE CRÍTICO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. A QUE VOCÊ ATRIBUI ESSE PROCESSO?

A primeira coisa é ter clareza sobre o conceito de desindustrialização. Trata-se de um processo de mudança estrutural no qual a indústria de transformação perde importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e na economia. Vários países desenvolvidos passaram por esse processo na década de 1970, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, quando houve o crescimento do setor de serviços. Mas, nessas nações, foi um movimento natural, consequência do crescimento econômico. Na medida em que a renda *per capita* aumenta, as pessoas tendem a consumir mais, inclusive inserindo serviços na sua cesta de consumo. Contudo, no Brasil, essa mudança foi precoce porque a desindustrialização começou antes de alcançarmos a maturidade econômica — o país está muito longe de ser uma economia madura. Aqui, a indústria ainda não cumpriu seu papel histórico de levá-lo a esse nível de desenvolvimento econômico e, desde a década passada, o crescimento da economia vem perdendo tração por falta do motor da indústria.

para...

2 QUAL A IMPORTÂNCIA DE NAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO TEREM UMA INDÚSTRIA FORTE?

Porque ela consiste no *locus* da inovação tecnológica e da difusão dessa inovação. A tecnologia não cai do céu; está incorporada em máquinas e equipamentos. Além disso, a indústria é o setor de atividade econômica com mais encadeamentos, tanto para a frente quanto para trás, na cadeia produtiva. Por fim, do ponto de vista do comércio exterior, os produtos manufaturados têm maior elasticidade do que os produtos básicos. Quando a economia mundial cresce, as exportações de produtos manufaturados crescem mais rapidamente do que a de produtos básicos. Essas são as três principais razões pelas quais a indústria de transformação é essencial para países em estágio intermediário de desenvolvimento. Sem se industrializar, nenhum país consegue enriquecer. A nossa desindustrialização está condenando 210 milhões de brasileiros a serem pobres eternamente.

3 COMO FORTALECER A INDÚSTRIA BRASILEIRA?

Os últimos dez anos foram de “carnificina” para a indústria. Por isso, o primeiro passo é reconstruir o parque industrial brasileiro. É preciso desenvolver um programa de financiamento para a modernização e a atualização das indústrias com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de juros subsidiados. Mas essas operações precisam ser feitas mediante a exigência de contrapartidas das empresas, diferentemente das políticas implementadas no passado. O setor deve se comprometer com metas de exportação e de *market share* no mercado mundial. Não temos que acabar com o agronegócio, mas precisamos voltar a ser um país predominantemente exportador de produtos manufaturados, pois o mercado interno não é grande

suficiente para gerar uma grande escala de produção e tornar nossa indústria competitiva. Por fim, precisamos fazer a transição para uma economia de baixo carbono.

4 COMO VOCÊ VISUALIZA A ECONOMIA E A INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS?

O próximo ano será muito difícil porque temos 33 milhões de pessoas passando fome, o desemprego ainda é muito alto e a economia está perdendo tração. Precisaremos manter a parcela mínima do Auxílio Brasil em R\$ 600 por um bom tempo e seguiremos com inflação e juros altos. Além disso, é impossível retomar o desenvolvimento econômico sem o aumento do investimento público, e isso significa acabar com o teto de gastos e criar outro mecanismo que consiga sinalizar para os agentes econômicos que a dívida pública não vai explodir, mas que dê à União os recursos suficientes para investir em infraestrutura, o que vai, inclusive, incidir na redução do Custo Brasil. Portanto, a solução técnica existe. A questão fundamental é a política, é saber se o próximo governo vai conseguir reunir uma ampla coalizão capaz de seguir com a agenda de reformas necessária para que possamos retomar o crescimento econômico.

5 QUAIS AS BASES NECESSÁRIAS PARA UMA REINDUSTRIALIZAÇÃO?

O Brasil precisa se reindustrializar nas novas bases da indústria, que estão fundamentadas na economia verde e sustentável. Estamos diante do que seja, talvez, a última oportunidade de nos tornarmos um país rico, que é a transição para uma economia de baixo carbono. A indústria pode e deve crescer, mas isso tem que se dar por meio de atividades limpas, verdes, cenário que é compatível com o setor. ■

Confiança da indústria tem nova alta

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À RETOMADA DA ECONOMIA BRASILEIRA
IMPULSIONAM OTIMISMO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL

O último Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em meados de setembro, subiu três pontos no mês na comparação com o mês anterior, alcançando 62,8 pontos. O nível de confiança é o mais elevado desde agosto do ano passado. Quando fica acima da linha divisória de 50 pontos, o indicador demonstra que a indústria está otimista. Foram ouvidas 1.469 empresas entre 1º e 8 de setembro.

“A confiança do empresário industrial cresceu pelo segundo mês consecutivo e se afastou bastante da linha dos 50 pontos. Isso mostra que a confiança do empresário está mais disseminada, mais intensa de uma forma geral. Esse índice melhorou não só pela avaliação das condições correntes que se tornaram mais positivas na opinião dos empresários, mas também pelas expectativas”, explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

O Índice de Condições Atuais, um dos componentes do ICEI, avançou 4,2 pontos e ficou em 58,4 pontos em setembro. Ele é determinado pela opinião dos empresários em relação à economia brasileira, que subiu 5,9 pontos, e também em relação às próprias empresas, que teve alta de 3,3 pontos. Ao se afastar da linha divisória de 50 pontos, o indicador demonstra que o empresário percebe uma melhora mais forte das

condições atuais na comparação com os últimos seis meses.

O Índice de Expectativas também subiu em setembro, com alta de 2,4 pontos, indo para 65 pontos. O aumento demonstra o otimismo ainda mais forte e disseminado da indústria para os próximos seis meses.

O grupo Talita Indústria de Farinhas, de Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná, é um exemplo da esperança de bons resultados no futuro. No fim de 2021, a empresa inaugurou uma nova unidade em Dourados, no Mato Grosso do Sul. No entanto, a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, deflagrada em fevereiro deste ano, impôs algumas barreiras.

“Boa parte da nossa matéria-prima vem de fora e a falta de insumos encarece a produção, o que deve reduzir nossos lucros em 10% neste ano, mas o aumento da produção de trigo no Brasil nos últimos meses vai reverter esse cenário em 2023, além de abrir mercados de exportação”, conta Maiko Priamo, diretor comercial da empresa que produz farinha de panificação e de uso doméstico.

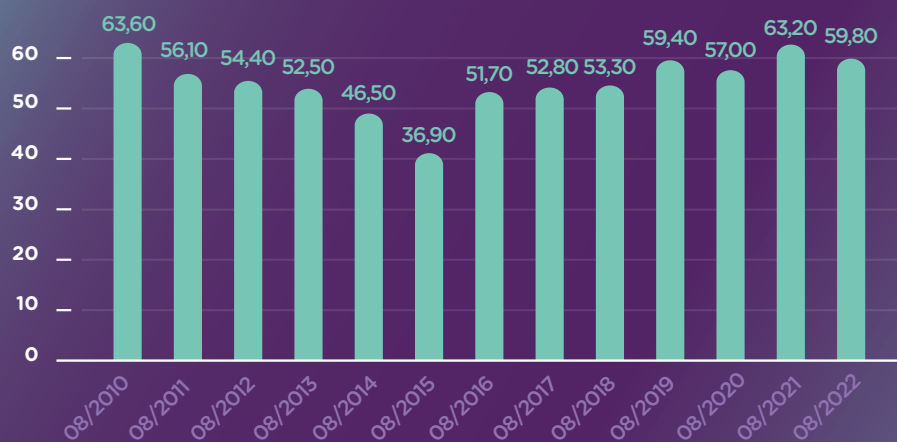
A Talita Indústria de Farinhas conta com cerca de 100 funcionários atualmente e a expectativa é de crescimento de, pelo menos, 5% ainda no primeiro semestre do ano que vem. “Queremos fortalecer nossa presença de mercado”, afirma Priamo. ■



◀ Um exemplo da esperança em dias melhores vem do grupo Talita Indústria de Farinhas, do Paraná, que inaugurou uma nova unidade no Mato Grosso do Sul. “O aumento da produção de trigo no Brasil nos últimos meses vai abrir mercados de exportação”, aposta o diretor comercial, Maiko Priamo.

Resultados do ICEI em todos os meses de agosto da série histórica

Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI Difusão



Fonte: Índice de Confiança do Empresário Industrial - CNI / Setembro de 2022

Termômetro

1 ► EMPREGO INDUSTRIAL CRESCE PELO 3º MÊS SEGUIDO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais Julho de 2022

3 ► UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA PERMANECE ELEVADA



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais Julho de 2022

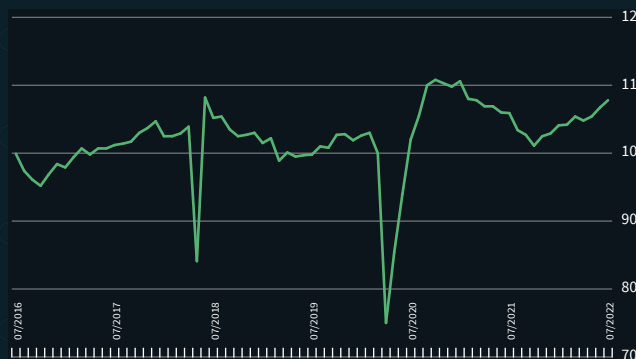
2 ► RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHADOR DA INDÚSTRIA AVANÇA 1.0% EM JULHO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais Julho de 2022

4 ► FATURAMENTO REAL TAMBÉM REGISTRA 3ª ALTA CONSECUTIVA



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais Julho de 2022



◀ 1



◀ 2



◀ 3



◀ 4

o econômico

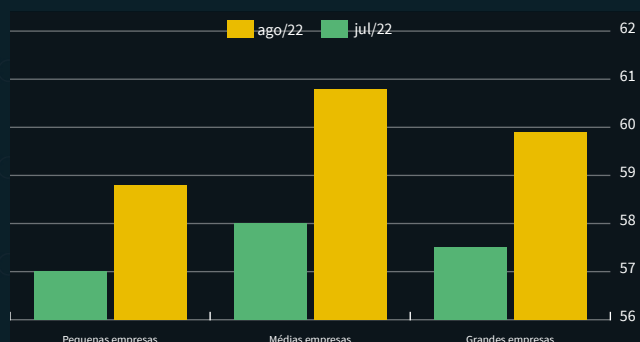
5 ► HORAS TRABALHADAS FICAM PERMANECER ESTÁVEIS EM JULHO



6 ► MASSA SALARIAL CRESCE 1,3% SOBRE JUNHO



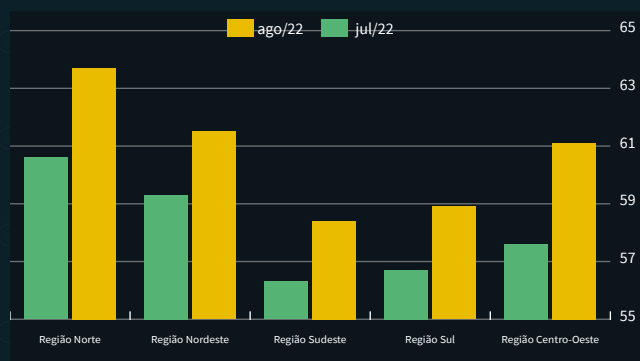
7 ► MÉDIAS EMPRESAS ESTÃO MAIS OTIMISTAS



O ICEI varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário

fonte: CNI/ Índice de Confiança do Empresário Industrial Resultados Setoriais-Agosto de 2022

8 ► CONFIANÇA AVANÇA MAIS NO CENTRO-OESTE E NO NORTE



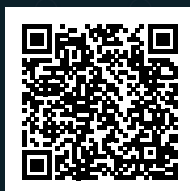
O ICEI varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário

fonte: CNI/ Índice de Confiança do Empresário Industrial Resultados Setoriais-Agosto de 2022

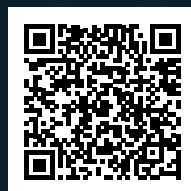
5 ►



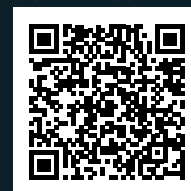
6 ►



7 ►



8 ►



Giro Brasil

► FIEPA FECHA ACORDO PARA DESENVOLVER CABOTAGEM NO PARÁ E NAS GUIANAS

A Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) assinou um acordo de cooperação com o Grande Porto Marítimo da Guiana Francesa (GPMG) para a promoção de ações de fortalecimento da cabotagem na região. Serão realizados estudos sobre a possibilidade de reduzir o tempo do transporte e os impactos ambientais envolvidos na atividade e ainda de aumentar o fluxo de produtos no chamado Planalto das Guianas, a partir do Porto de Vila do Conde, na cidade paraense de Barcarena-Pará, e do Porto de Santana, no Amapá, seguindo pela Guiana Francesa, pela Guiana, pelo Suriname e pelo Caribe.



◀ Sesi COMPLETA 35 ANOS DE ATUAÇÃO EM RORAIMA

O Serviço Social da Indústria de Roraima (SESI/RR) completou 35 anos em agosto celebrando grandes números: mais de 1 milhão de pessoas foram atendidas com exames ocupacionais, de saúde e segurança no trabalho em seis mil empresas, além de 20 mil pessoas em atividades físicas e esportivas. A Escola Sesi, por sua vez, registrou mais de 60 mil matrículas no período, formando a primeira turma do Novo Ensino Médio no estado, em 2019. “As empresas industriais têm no Sesi um aliado para proporcionar um ambiente seguro, saudável e que contribua para o aumento da sua produtividade”, destacou a presidente da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), Izabel Itikawa.

■ MATO GROSSO TEM A SEGUNDA MENOR TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS

Após cair pelo terceiro semestre seguido, a taxa de desocupação no mercado de trabalho do Mato Grosso registrou o segundo menor índice do país, com 4,4%, atrás apenas de Santa Catarina, com 3,6%, no segundo trimestre de 2022, revelou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), Gustavo de Oliveira, os números apontam para uma situação de pleno emprego, quando há vagas de emprego suficientes para o número de pessoas que buscam uma colocação no mercado de trabalho. “É possível dizer isso sempre que a taxa de desocupação fica entre 4,0% e 4,5%”, explica.



▲ SENAI DA PARAÍBA PROMOVE HACKATHON PEDAGÓGICO

Coordenadores pedagógicos de 10 escolas de departamentos regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) participaram, entre 22 e 26 de agosto, do *Hackathon Pedagógico*, que teve como finalidade levantar propostas e soluções para fortalecer a cultura digital na instituição. Como parte do projeto SENAI + Digital, o evento busca garantir flexibilidade, autonomia, agilidade e redução de custos. As equipes desenvolveram maneiras para auxiliar no trabalho dos coordenadores pedagógicos, com o desafio de que a saída apresentada fosse replicável em todas as unidades do SENAI do Brasil.



▲ SESI GAÚCHO LANÇA CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

O Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul (SESI/RS) lançou, no início de setembro, a campanha *Seja luz. Guie caminhos*, relativa ao *Setembro Amarelo*, mês dedicado ao enfrentamento e à prevenção do suicídio. O objetivo é chamar a atenção dos líderes de empresas e da sociedade para a importância de falar sobre suicídio, a fim de promover sua prevenção. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 700 mil pessoas tiram a própria vida no mundo todos os anos e o suicídio é a quarta principal causa de morte na faixa entre 15 e 29 anos em 2019. No Brasil, o Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de óbitos por lesões autoprovocadas.

Big Data melhora segurança e saúde no trabalho

PLATAFORMAS DO SESI APOIAM EMPRESAS NA GESTÃO DOS TRABALHADORES

A era da abundância de dados e da indústria 4.0 faz com que tudo o que se relaciona com a produção industrial seja codificado, armazenado e analisado. Até mesmo parâmetros da segurança e da saúde no trabalho podem virar informações valiosas para a gestão das empresas.



► Katyana Aragão, gerente de Saúde e Segurança na Indústria do SESI, explica que a gestão eficiente da segurança e saúde dos processos aumenta a competitividade

Desde 2018, o Serviço Social da Indústria (SESI) oferece para as empresas a plataforma digital SESI VIVA+, que, por meio de Big Data Analytics, disponibiliza *dashboards* gerenciais com indicadores de segurança e saúde do trabalho (SST) das empresas. Esses painéis funcionam como facilitadores para uma gestão baseada em dados.

“As empresas que realizam uma gestão ampla e estratégica da saúde dos trabalhadores se beneficiam com a redução dos custos de saúde, mais produtividade e, com isso, maior competitividade dos negócios”, explica Katyana Aragão, gerente-executiva de Saúde e Segurança na Indústria do SESI.

O grande trunfo da plataforma é uma metodologia exclusiva e ferramentas que automatizam os processos de segurança e saúde no trabalho e permitem sua gestão integrada, auxiliando as empresas na elaboração de laudos e programas legais, além do atendimento ao eSocial - sistema que comunica ao governo, de forma unificada, informações sobre relações trabalhistas e previdenciárias.

O SESI VIVA+ se tornou a maior plataforma de gestão de dados de segurança e saúde no trabalho da indústria brasileira. São mais de 50 mil estabelecimentos de



diferentes setores atendidos e 3,6 milhões de trabalhadores cadastrados.

A ferramenta é mais uma ação do SESI que busca tornar o ambiente de trabalho das empresas mais seguro, utilizando indicadores proativos e inovadores, que ajudam a prevenir doenças e evitando o afastamento de trabalhadores. A melhoria da qualidade e segurança dos processos produtivos é uma preocupação da instituição há décadas.

A oficina Exclusive, que emprega nove pessoas e oferece serviços como consertos de lataria, lanternagem e pintura, é uma das empresas que utilizam o SESI VIVA+. O negócio de Campina Grande, na Paraíba, utiliza soluções da plataforma como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

“Após a parceria com o SESI, estamos muito mais focados na prevenção. O resultado é que não temos mais acidentes e nossos colaboradores trabalham mais seguros”, detalha uma das sócias da oficina, Larissa Abidias Pereira Cunha.

SESI FACILITA

Outra ferramenta do SESI em segurança e saúde no trabalho é o SESI Facilita, um software de autosserviço desenvolvido especificamente para apoiar as micro e pequenas empresas, de forma gratuita. A plataforma elabora o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e faz o levantamento preliminar de perigos, necessário para a emissão da Declaração de Inexistência de Riscos (DIR), todos previstos na

▲ Plataformas SESI VIVA+ e SESI Facilita utilizam dados para ajudar empresas a cumprirem regras de saúde e segurança do trabalho

Norma Regulamentadora 01 do Ministério do Trabalho e Previdência.

“Utilizando a classificação de atividade econômica da empresa, o sistema oferece automaticamente propostas de processos produtivos, com os seus respectivos perigos e as atividades para o plano de ação. Também disponibiliza sugestões da exposição e situação dos trabalhadores, com relação a cada perigo, para se determinar o nível de risco e a prioridade de ações de cada processo dos perigos do ambiente de trabalho”, destaca Katyana Aragão.

Investir em SST beneficia empresas e trabalhadores. Icaro Samuel Cunha Barbosa, de 25 anos, é funcionário da oficina Exclusive

há pouco mais de três anos e diz que as melhorias na empresa após a contratação do SESI VIVA+ são evidentes.

REDUÇÃO DE ACIDENTES

O Brasil registrou, nos últimos dez anos, 22.954 mortes por acidentes de trabalho. Apenas em 2021, mais de 571 mil acidentes no mercado de trabalho formal foram registrados. Os dados são do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, desenvolvido e mantido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e vêm apresentando quedas nos últimos anos,

COMO GARANTIR A SEGURANÇA



4

Contrate uma consultoria para soluções personalizadas de prevenção de afastamentos e diminuição de riscos de acidentes de trabalho



Acesse os cursos de SST do SESI pagos e gratuitos, a distância ou presenciais, com situações reais do mercado de trabalho

3

1

Entre em contato com o SESI para conhecer o SESI VIVA+
Acesse www.sesivivamais.com.br



2

Se for micro ou pequena empresa, informe-se também sobre o SESI Facilita

8

Contrate e laudo

puxada pela redução nas taxas acidentárias da indústria.

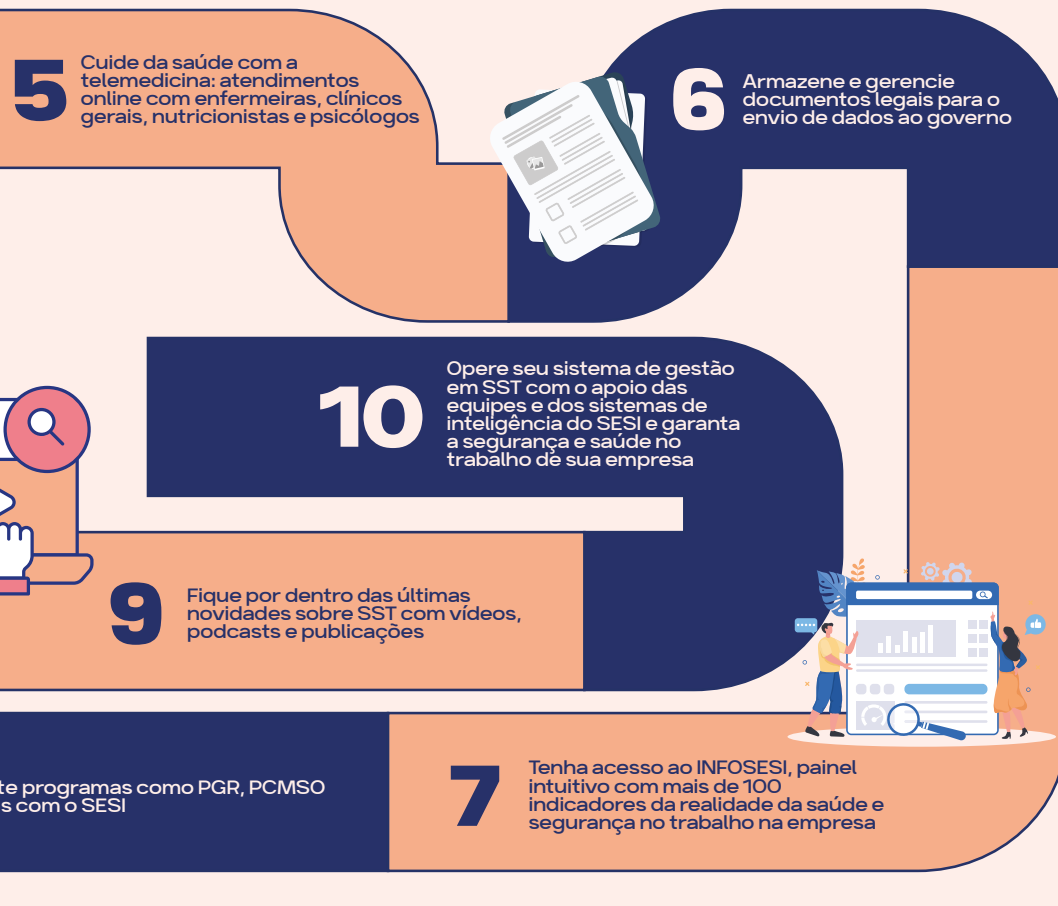
Os números mostram a necessidade de investir de maneira inteligente em saúde e prevenção de acidentes em empresas de todos os portes. A utilização de plataformas que analisam dados e auxiliam na tomada de decisão e gestão dos processos, como o SESI VIVA+, é cada vez mais importante.

Ainda segundo o levantamento, entre 2012 e 2021, foram feitas 6,2 milhões de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs). No mesmo período, o Instituto Nacional do Seguro Social, por sua vez, concedeu 2,5 milhões de benefícios previdenciários acidentários, incluindo pensões por

morte e auxílios-acidente, auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. Foram perdidos, de forma acumulada, cerca de 469 milhões de dias de trabalho, causando prejuízos para a produtividade das empresas e para toda a economia brasileira nesse intervalo, além, naturalmente, de sofrimento para trabalhadores e seus familiares.

A OIT estima também que os auxílios-doença concedidos por ansiedade, depressão, estresse e outros transtornos mentais e comportamentais causem a perda aproximada de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) a cada ano, o que corresponde a cerca de R\$ 350 bilhões anuais, se considerado o PIB brasileiro de 2021, de R\$ 8,7 trilhões. ■

SAÚDE E SAÚDE NO TRABALHO





O avanço da agenda de baixo carbono

POR CRISTIANA XAVIER DE BRITO

▲
Diretora de Relações
Institucionais e
Sustentabilidade da
BASF para a América
do Sul e presidente do
Conselho Curador da
Fundação Espaço ECO

O mundo já entendeu a urgência de caminhar para uma economia de baixo carbono. A maioria das empresas reconhece a necessidade de convergir negócios e responsabilidade social, ambiental e governança.

A preocupação é evidente: a última década teve o maior crescimento de emissões de gases de efeito estufa (GEE) da história. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) 2022, as emissões precisam parar de crescer em 2025 e depois cair 43% até 2030 para termos 50% de chance de estabilizar o aquecimento global em 1,5 °C, como determina o Acordo de Paris. Como as empresas podem avançar nessa agenda?

O ideal é que cada organização avalie e estabeleça prioridades de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), levando em conta sua atividade. Outra questão é como estabelecer metas, medir e avaliar se os esforços estão sendo suficientes. Essas são perguntas que precisam ser respondidas individualmente, por cada organização, e coletivamente, por meio de entidades representativas.

A colaboração e a inovação são fatores aceleradores para que todos os setores da indústria possam avançar na agenda da sustentabilidade, gerando negócios prósperos bons para a sociedade e o meio ambiente.

Mudanças de ordem estrutural precisam ser estabelecidas. Ao mesmo tempo, é

importante valorizar e incentivar também pequenas evoluções em cada área de negócio, cada projeto, desde sua concepção, e a atitude de cada colaborador. Essas porções de mudanças, quando somadas, fazem a diferença no todo, na cultura da empresa e no desenvolvimento sustentável do planeta.

Trago como exemplo um projeto socioambiental que deu nova função a 2,5 milhões de unidades de embalagens plásticas, direcionadas à construção da segunda escola sustentável da ONG Mangalô, no Tatuapé (SP). Os números impressionam: gerou 95% menos resíduos, emitiu 90% menos CO₂ e utilizou 90% menos água em comparação à construção civil tradicional. Por meio desse projeto, ainda em fase de implementação, será possível evitar descartes no meio ambiente e promover a economia circular plena, pois os produtos oriundos desse material podem ser reciclados inúmeras vezes ao final da vida útil.

O caminho dessa transformação passa por: colaboração, inovação e investimento em uma governança corporativa eficaz, transparente e bem estruturada, que ajude a monitorar planos de ação; indicadores de performance; e continuidade das ações de sustentabilidade, conectadas à estratégia da companhia e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Vamos juntos e juntas avançar nessa prática? ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação
Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva;
Francisco de Assis Benevides Gadelha;
Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio
Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban;
Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado
Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado
de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos;
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson
Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio
de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo
Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani
Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira;
Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano
Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto
Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho
de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho;
José Henrique Nunes Barreto; Nelson
Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti
de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da
Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTEs

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco
de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana
Flávia Flôres e Paulo de Tarso Lyra.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

João Pedro Rodrigues

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

*Autorizada a reprodução
desde que citada a fonte.*



TEM MO DERNI DADE TEM INDÚSTRIA

A INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA É FUNDAMENTAL PARA TODOS OS SETORES INDUSTRIAIS. É RESPONSÁVEL PELO AVANÇO TECNOLÓGICO QUE TRAZ INOVAÇÃO, INFORMAÇÃO E SEGURANÇA PARA VOCÊ EM FORMA DE CELULARES, COMPUTADORES, ELETRODOMÉSTICOS, ENTRE TANTOS OUTROS EQUIPAMENTOS QUE FACILITAM O SEU DIA A DIA.

*TEM DESENVOLVIMENTO. TEM INDÚSTRIA.
INDÚSTRIA BRASILEIRA. A FORÇA QUE ESTÁ EM TUDO.*

SESI **SENAI**

PELO FUTURO DO TRABALHO